

DISCURSO DE ABERTURA

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Aceitei com o maior prazer o convite para dizer algumas palavras nesta sessão de abertura do seminário sobre **Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas**.

Trata-se de uma iniciativa do maior interesse e de grande actualidade, pela qual me cumpre felicitar o dinâmico Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, que em boa hora a lançou e organizou, como várias outras a que tem metido ombros na sua meritória actividade.

Os problemas estratégicos, as questões de segurança externa dos Estados e a temática da Defesa Nacional estão na ordem do dia e interessam cada vez mais aos políticos, aos economistas e aos universitários, tendo deixado há muito de ser apanágio exclusivo dos militares para se converterem em matéria de interesse comum de toda a colectividade nacional.

São por isso de louvar os esforços de entidades privadas, como os institutos que patrocinam este seminário, no sentido de sensibilizar a opinião pública e os meios políticos e intelectuais relativamente aos temas de defesa, segurança e estratégia.

E importa também que o Estado faça pela sua parte o que lhe compete a fim de generalizar e difundir na sociedade o conhecimento suficiente de tais problemas, bem como de assegurar o seu tratamento aprofundado a nível científico e académico.

É o que o Governo tem vindo a fazer, estando neste momento em estudo um amplo programa de informação e de formação em matérias de defesa nacional fora do âmbito militar, que a seu tempo será devidamente examinado e, quando aprovado, posto em prática.

.
.

O enorme desenvolvimento económico, científico e tecnológico verificado nas últimas décadas originou uma crescente internacionalização da vida moderna e uma grande interdependência, tanto dos

Estados entre si como da vida interna de cada um deles. Esta realidade alterou substancialmente o conceito de «independência nacional», verificando-se que as mais poderosas nações da Terra são actualmente menos independentes no sentido clássico do termo do que o era há 50 anos uma qualquer potência de importância secundária. Hoje ser independente é sobretudo poder escolher, poder optar entre as várias independências que as realidades impõem.

Assim, a existência no Mundo de vários blocos não traduz mais do que as opções feitas pelas Nações que os integram ou que lhes foram impostas: opções livremente decididas, com base em factores históricos, culturais, sociais e geoestratégicos, como é o caso do Mundo Ocidental; opções largamente impostas, como sucede no Bloco Soviético.

Por tolerância, por liberalismo, e sobretudo por uma questão de princípio, nos países democráticos não se forçam os corações e os espíritos, só assim sendo possível exercer a função governativa de acordo com a vontade popular e com a dignidade da pessoa humana. Este facto constitui, na verdade, profunda e importantíssima diferença entre o Mundo Ocidental e o Bloco Soviético: enquanto neste o processo governativo comporta apenas a análise e a decisão autoritária, no Mundo Ocidental a análise e a decisão têm de ser complementadas com a persuasão sem a qual os Governos não encontrarão o apoio da opinião pública, indispensável à eficaz implementação das decisões tomadas.

Por isso, à medida que se desenvolve e toma raízes no corpo social a consciência de um destino ou de um interesse comum, impõe-se cada vez mais a necessidade do conhecimento, da compreensão e da adesão espiritual para que a actividade dos Governos se transforme efectivamente em autêntica vida nacional; **por isso** são indispensáveis o estudo e a discussão dos problemas, a exposição dos factos que os causam ou condicionam, a defesa dos princípios em causa, a apreciação das limitações existentes e a indicação das soluções possíveis, por forma a conseguir-se a convicção generalizada da justeza das soluções encontradas e a aceitação consciente dos sacrifícios que lhes são inerentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Julgo que a existência de uma ameaça crescente sobre o Ocidente em geral, e sobre a Europa em particular, constitui o pano de fundo sobre o qual se desenvolverão os trabalhos que hoje aqui se iniciam. E parece-me importante frisar que, enquanto até ao início dos anos '60 a ameaça soviética se podia afirmar como essencialmente europeia e mais ou menos correspondente à que era definida e enfrentada pela NATO, de então para cá, e paralelamente com o

prodigioso desenvolvimento do respectivo aparelho militar, o vector europeu da ameaça soviética tem vindo a constituir apenas uma componente da sua globalidade crescente.

Nestes termos, se na realidade continua a existir uma ameaça directa sobre a Europa Ocidental cada vez mais forte, também a ameaça indirectamente exercida sobre ela constitui desafio crescente para o qual, se faltar o antídoto capaz, a única alternativa poderá vir a ser um deslizar europeu para a órbita de influência soviética.

Em que consiste, afinal, a ameaça que nos cerca?

Ela consiste numa realidade complexa e globalizada, que se desdobra em ameaças específicas de carácter político, económico e militar, à escala mundial.

Politicamente, a União Soviética tem procurado:

- assegurar o reconhecimento multilateral do **status quo** e da posição soviética na Europa de Leste;
- dividir os membros da NATO e, especialmente, separar os EUA dos seus aliados europeus;
- assegurar o flanco europeu em caso de crise com a China;
- obter do Ocidente apoio económico e tecnológico;
- aproveitar e explorar as oportunidades políticas ou estratégicas, onde quer que elas surjam;
- apresentar-se como portadora de uma ideologia completa e de vanguarda, capaz de explicar todas as situações, de resolver todos os problemas, e de justificar todos os sacrifícios.

Economicamente a ameaça soviética apoia-se principalmente na extrema dependência dos países ocidentais quanto a matérias-primas que não possuem e lhes são indispensáveis, de onde resulta a necessidade de se assegurarem do seu acesso, da sua aquisição e do seu transporte.

Convirá, a este respeito, sublinhar a evolução verificada nas últimas décadas pois, enquanto anteriormente só o transporte daquelas matérias-primas era em tempo de guerra preocupante, actualmente é todo o processo que é ou pode ser posto em causa, quer globalmente quer em cada uma das suas fases. Esta ameaça é assim triplamente crescente, porquanto nela se adicionam a crescente necessidade dessas matérias-primas, a crescente consciência dos países produtores da força que detêm e a crescente dificuldade do Ocidente em poder garantir o seu acesso, aquisição e transporte.

Importará salientar neste contexto como se torna evidente a qualquer observador da situação mundial a marcada diferença existente na ordenação das grandes prioridades do Bloco Soviético e do Mundo Ocidental: enquanto neste último as primeiras prioridades vão para o factor económico e para o factor humano, só depois se

lhe seguindo o estratégico, no Bloco Soviético a prioridade absoluta cabe ao factor estratégico, que condiciona e limita todos os outros. A invasão do Afeganistão encontra decerto aqui a sua explicação profunda.

A ameaça é, pois, política e económica. Mas é também **militar**. Neste aspecto ela é bem conhecida, quer no plano nuclear quer no plano convencional. Número de ogivas, submarinos, tanques, aviões, mísseis, negociações internacionais de desarmamento constituem apenas como que ornamentos desta crua realidade: a União Soviética dispõe hoje em dia de uma capacidade militar que, ultrapassando largamente a inerente ao estatuto de superpotência e as suas necessidades de defesa própria, lhe assegura a possibilidade de apoiar e, se necessário, implementar a sua política em qualquer ponto da terra, conferindo-lhe assim uma globalidade e extensão planetárias.

Face a esta ameaça global e dinamicamente expansiva, a atitude do Ocidente tem sido quase sempre predominantemente defensiva e assente no conceito de dissuasão. O que se afigura correcto no plano militar, porque o Ocidente deseja a paz e não tem intuítos agressivos ou belicistas. Mas se uma atitude meramente defensiva se compreende e merece aprovação no plano militar, já o mesmo se não pode dizer do plano económico e do plano político e ideológico: aqui, nestes outros planos, uma atitude mais activa e corajosa de competição económica, de luta política e de combate ideológico seria certamente bem mais útil e sem dúvida recompensada a médio e longo prazo.

Justamente porque a ameaça é global e a ideologia que a fundamenta pretende ser total ou totalizante, a resposta não pode deixar de ser global também e não pode prescindir da componente ideológica. Porque se uma ideia pode ser combatida de várias maneiras diferentes, ela só pode ser vencida de uma única maneira — pela supremacia livremente aceite de outra ideia.

E ao Ocidente podem faltar mísseis ou canhões para assegurar uma clara supremacia militar face ao Pacto de Varsóvia: mas não lhe falta um riquíssimo património de ideias moral e politicamente superiores às da cartilha ideológica marxista professada pela União Soviética.

A liberdade é moralmente superior à opressão; a democracia é superior à ditadura; os direitos do homem são superiores às prerrogativas do Poder; a dignidade essencial da pessoa humana é superior à missão instrumental do Estado ou do partido.

Por isso o Ocidente tem condições ímpares para ganhar a luta ideológica e, na decorrência desta, a competição económica com o mundo do Leste. Ponto é que se não deixe surpreender ou ultrapassar no plano militar. E é neste contexto que se insere a próxima adesão da Espanha à NATO, adesão que — independentemente das questões que suscita e sobre as quais Portugal vai naturalmente defender

com a maior firmeza os seus interesses nacionais e estratégicos — deve ser entendida como reforçando a Aliança e, consequentemente, vantajosa para os seus membros.

Portugal tem e terá na NATO um papel eminentemente atlântico, tendo repetida e claramente afirmado o seu desejo e a sua vontade de assumir sem equívocos e por inteiro o seu papel no Mundo Ocidental e na Europa a que pertence histórica, cultural e estrategicamente.

Fá-lo por um lado consciente de que, enquanto não for possível eliminar a ameaça da força nas relações internacionais, a não preparação para enfrentá-la só poderá contribuir para a sua concretização; fá-lo, por outro lado, consciente de que só contribuindo para o progresso global do Mundo Ocidental e para a sua defesa poderá o nosso País criar condições favoráveis ao seu próprio desenvolvimento e à sua própria defesa.

Somos um País amante da Paz; sabemos porém que a Paz não é uma dádiva, mas antes uma conquista. E fácil será verificar que ao longo dos séculos nunca as épocas mais pacifistas foram as mais pacíficas. Pelo contrário. O horror à guerra e à violência, que todo o ser civilizado partilha, pode acabar por se traduzir em factor de conflito ou em cedência inevitável sempre que for levado ao ponto de se descurarem os mecanismos capazes de dissuadir tentações alheias e pode também afectar gravemente a determinação dos povos e dos indivíduos de defenderem a continuidade da sua História, a preservação da sua cultura e o progresso do seu estilo de vida.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Desejo-vos bom trabalho e os maiores êxitos na realização do vosso seminário.

Tenho dito.